

A INADIMPLÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Rogério Dalcin de Andrade¹

Resumo: O crescimento do setor da educação superior privada no Brasil e o espaço ocupado por ela atualmente são fatores inquestionáveis como pode ser percebido por meio do número de alunos, de cursos, de ofertas de vagas, etc., pelos quais esta modalidade de ensino responde. Nessas instituições, o processo de gestão esbarra em problemas específicos, entre eles, a possibilidade de inadimplência por parte dos alunos. Com o excesso de ofertas no mercado e a necessidade de recursos para manter a instituição, como encontrar o equilíbrio entre esta busca incontrolável na captação de alunos sem análise de crédito e, ao mesmo tempo, ter índices aceitáveis de inadimplência? A busca pelas causas que levam à inadimplência revela-se como um dos caminhos possíveis para lidar com esse cenário.

Palavras-chave: Inadimplência, Instituições de ensino superior privadas, Controle de inadimplência;

¹ Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação – Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).
Analista de Sistemas pela Cadsoft Informática.

1 INTRODUÇÃO

O ensino privado no Brasil respondia em 2009 por, aproximadamente, 74% do total de alunos matriculados no ensino superior (INEP, 2011). A procura por essa modalidade de ensino teve um amplo crescimento, sobretudo, a partir dos anos 90 quando o número de alunos matriculados nessas instituições cresceu, no decorrer dessa década, cerca de 80% (INEP, 2001). O interesse de candidatos por vagas nas diferentes instituições do ensino privado vivenciou seu ápice entre 1999 e 2003 e as instituições de ensino superior privadas desfrutaram de um crescimento no mercado de cerca de 10% graças à procura por vagas em maior número que a oferta até então existente.

No entanto, a ordem natural dos mercados em formação, é a sua estabilização, alcançada com a saturação de ofertas e, por consequência, a ociosidade de vagas, exigindo das instituições novas formas de gestão, buscando a redução de gastos e, principalmente, implantando formas agressivas de marketing por meio de campanhas, anúncios e aquisições de listas de *mailing*.

As formas de captação de alunos passaram a ser tão agressivas na maioria das instituições que o tradicional processo seletivo tornou-se uma mera formalização de ingresso, tendo como principal 'porta de entrada' as provas agendadas, revelando como as instituições estão abertas ao aluno. Ao deixar os períodos de provas mais flexíveis, minimiza-se o stress dos momentos que antecedem a avaliação e contribui-se, dessa forma, para que o resultado possa ser atingido. Ainda assim, mesmo com resultados não muito satisfatórios, estes candidatos acabam sendo aceitos nas instituições para preenchimento das vagas ociosas.

Toda essa busca desenfreada por alunos traz a tona o problema de ingressantes sem as devidas condições financeiras para manter um curso superior privado. Em algumas instituições, o índice de inadimplência chegava, no início dos anos, 2000 a 20% no decorrer do semestre. No conjunto das instituições de ensino superior privadas do estado de São Paulo, por exemplo, entre 1999 e 2007, este índice não ficou, em nenhum dos anos, abaixo dessa média nacional de 20%.

Os últimos dados sobre a inadimplência no ensino superior privado, fornecidos pelo SEMESP (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo), revelam que, nacionalmente, houve uma retração no índice de inadimplência no primeiro semestre de 2011 mantendo, entretanto, o índice ainda muito elevado em torno de 10% no semestre, número que é, a título de comparação, 68% acima dos demais setores da economia, segundo o próprio sindicato.

Dados do Confenen (Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino) apontam para estatísticas similares a essas citadas acima. Há no Brasil aproximadamente 37 mil escolas particulares que atendem desde a educação infantil até a pós-graduação, segundo essa instituição. O número de alunos na rede privada gira em torno de 13 milhões, sendo que seus dados relativos à inadimplência, também apontam níveis em torno 10%, podendo chegar a 20% em alguns casos. Um aspecto interessante apontado pelo Confenem revela que, ao final de cada período letivo, há uma queda desses índices, sobretudo por conta da procura dos alunos pelas suas instituições de ensino para renegociação de dívida e sua respectiva renovação de matrícula.

Associado a estes índices de inadimplência, as instituições de ensino privadas esbarram, ainda, num outro problema: a limitação de penalização do aluno devedor. A legislação brasileira, por meio da Lei nº 9.870/99, impede a instituição de vedar ao aluno inadimplente o acesso às aulas e avaliações e, também, aos documentos necessários à sua transferência, permitindo apenas o não aceite do aluno no próximo semestre e a cobrança da dívida judicialmente. No limite, isso significa que o aluno, mesmo sem ter sua dívida quitada, pode deixar a instituição ao final de um período letivo e transferir-se para outra. A relação entre a oferta de vagas e a possibilidade de inadimplência por parte do aluno coloca-se, assim, entre os pontos fundamentais a serem considerados pelos setores de gestão.

Muitas vezes a forma agressiva da oferta de vagas pelas instituições de ensino privadas termina por ignorar fatores que facilmente poderiam servir como uma prévia análise de crédito como, por exemplo, o público alvo atingido, o nível do curso que está sendo ofertado para a região de abrangência da campanha, a divulgação de possíveis bolsas como FIES e bolsas ofertadas pela própria instituição que, por várias razões, nem sempre são concedidas aos ingressantes etc. São fatores que, em conjunto ou separados, possivelmente levariam a instituição a minimizar o risco de inadimplência.

Nesse trabalho, a proposta é avaliar a importância da gestão de cobrança nas instituições de ensino superior, questionando se é possível identificar os fatores que elevam o risco de inadimplência nessas instituições. Tendo definidas as causas que levam o aluno ao não pagamento das mensalidades, abre-se o caminho para a proposta de soluções que visam a redução dos índices de inadimplência.

2 EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA: ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS E LEGAIS

Ao falarmos da inadimplência no ensino superior privado temos que considerar as especificidades não apenas das razões que levam ao não-pagamento das mensalidades, mas, também, da própria importância da educação e do ensino na formação humana e de suas particularidades no contexto brasileiro. Começamos por esse segundo aspecto.

A legislação brasileira é bastante precisa com relação à importância assumida pela educação, afirmando que esta é um dos direitos fundamentais de todos os cidadãos e que deve ser garantida pelo Estado, ou seja, deve ter caráter público ou, em outros termos, deve ser conduzida tendo o bem público como finalidade. Por força da norma constitucional, além da regulamentação e fiscalização do ensino, cabe ao poder público, então, também a oferta gratuita de vagas em instituições de ensino em todos os níveis, inclusive, no nível superior.

Até um passado bastante recente, no que se refere à educação superior, esse acesso restringia-se a um pequeno grupo de pessoas, no geral das classes mais altas, assumindo uma face elitizada e formando profissionais, sobretudo, nas áreas mais tradicionais, como Direito, Engenharia, Medicina, etc. Apenas nas últimas décadas, é possível percebermos um movimento de diversificação e ampliação no ensino superior, tanto no que diz respeito aos cursos ofertados, como na quantidade de alunos de diferentes classes sociais que alcançam essa etapa da formação educacional e, também, na expansão das instituições que passam a ofertar tal modalidade de ensino. Schwartzman (2007) aponta que essa expansão é uma característica mundial, chamada por ele de “massificação do ensino superior”, e que ocorre como resposta à crescente demanda da sociedade por pessoas com melhor formação, bem como às próprias demandas individuais em busca de mais qualificação educacional.

O ensino superior privado assume papel de destaque nesse cenário, respondendo diretamente pelo maior número de vagas ofertadas, assim como de alunos matriculados. Dados do MEC e do INEP, sistematizados pelo Observatório Universitário (set/2004), apontam tanto a expansão ininterrupta do número dessas instituições - cenário que em alguns períodos é oposto ao que ocorre com as instituições públicas -, quanto o mesmo reflexo no número de alunos matriculados.

Tabela 1 – Evolução do número de Instituições de Ensino Superior (IES) por dependência

Ano	Número de IES			% IES Privadas
	Total	Privadas	Públicas	
1980	882	682	200	77,30%
1985	859	626	233	72,90%
1990	918	696	222	75,80%
1995	894	684	210	76,50%
2000	1.180	1.004	176	85,10%
2001	1.391	1.208	183	86,80%
2002	1.634	1.442	195	88,10%
2003	1.859	1.652	207	88,90%
2004	2.050	1.842	208	89,80%

Fonte: Observatório Universitário **Ensino Superior Público e Privado no Brasil: expansão, evasão e perfil dos concluintes**, set 2004. Disponível: http://www.observatoriouniversitario.org.br/pdf_documentos_de_trabalho/documentos_de_trabalho_3_5.pdf .(Acesso em 12 jul 2011).

Em pouco mais de 20 anos, enquanto o número de instituições de ensino públicas permaneceu quase o mesmo, as instituições de ensino privadas viram sua expansão, em termos de quantidade de IES, quase triplicar. A proporção de alunos matriculados também acompanhou essa ampliação no mercado e, mantendo um crescimento constante, se tornou responsável por mais de 50% dos alunos matriculados, chegando em 2004 a 76,2% desse total.

Tabela 2 - Evolução do número de matrículas no Ensino Superior por dependência administrativa – Brasil – 1980-2004

Ano	Matrículas no Ensino Superior			% IES Privadas
	Total	Privadas	Públicas	
1980	1.377.286	885.054	492.232	64,30%
1985	1.367.609	810.929	556.680	59,30%
1990	1.540.080	961.455	578.625	62,40%
1995	1.759.703	1.059.163	700.540	60,20%
1998	2.125.958	1.321.229	804.729	62,10%
2000	2.694.245	1.807.219	887.026	67,10%
2001	3.030.754	2.091.529	939.225	69,00%
2002	3.479.913	2.428.258	1.051.655	69,80%
2003	4.229.461	3.177.806	1.051.655	75,10%
2004	4.411.566	3.359.911	1.051.655	76,20%

Fonte: Observatório Universitário **Ensino Superior Público e Privado no Brasil: expansão, evasão e perfil dos concluintes**, set 2004. Disponível: http://www.observatoriouniversitario.org.br/pdf_documentos_de_trabalho/documentos_de_trabalho_3_5.pdf .(Acesso em 12 jul 2011).

De maneira sistemática, a expansão do ensino privado superior se faz acompanhando as demandas de uma sociedade que valoriza o conhecimento e a formação profissional e intelectual, mas, também, que não consegue ser atendida apenas pelas ofertas das instituições públicas. Deve ser considerado aqui que o mesmo princípio de caráter público da educação, a qual nos referimos anteriormente, também se aplica a essa modalidade de ensino, não podendo ser confundido com prestação gratuita de serviço. Chaves (2010) identifica que essa expansão foi estimulada pelo próprio governo, sobretudo por meio da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 1996 e de uma série de benefícios como o incentivo à oferta de ensino desvinculado da pesquisa, isenção fiscal e a inserção das instituições privadas no mercado de ações de capital. A expansão do ensino superior no cenário brasileiro se dá, assim, pelas mãos do setor privado e da conseqüente diversificação das instituições de ensino.

Paralelo a essa expansão, será também pelas mãos do Estado que uma série de leis e regulamentações será criada tendo como finalidade garantir os direitos dos estudantes - em consonância com a idéia da educação como direito fundamental -, mas que acabaria por se tornar um dos principais argumentos das instituições de ensino privadas contra, justamente, aquele que se apresenta como um dos seus principais problemas: os altos índices de inadimplência. A seguir alguns desses aspectos desse ponto.

2.1 A INADIMPLÊNCIA E OS ASPECTOS LEGAIS

Reside, portanto, na lei e nas suas determinações alguns dos argumentos de autores que buscam justificar as causas da inadimplência nas IES privadas. A legislação brasileira proíbe expressamente qualquer tipo de sanção pedagógica ao aluno devedor, inclusive, o impedimento ao acompanhamento das aulas. Além disso, a instituição também não pode negar a emissão de documentos, a transferência do aluno (mesmo sem ter a dívida quitada) e a realização de provas escolares. Em suma, abre-se a possibilidade do aluno devedor deixar a instituição sem a quitação da dívida. À instituição são permitidas poucas ações como a cobrança dessa dívida judicialmente, a inserção de seu nome no cadastro de devedores e a negação da matrícula do aluno. Ainda assim, as instituições, no geral, optam pela negociação dessa dívida como forma de contenção da evasão do aluno.

Para Rocha (2008), a forma como essa questão foi estruturada pelo Estado resulta na proteção oferecida pela própria legislação ao aluno inadimplente e, de outro lado, na situação vulnerável em que se encontra a instituição de ensino, obrigada a cumprir suas cláusulas contratuais mesmo sem a devida correspondência da outra parte. As garantias legais dadas aos

contratantes acabam por deixar as instituições de ensino num cenário financeiramente delicado.

De outro ponto de vista, há argumentos que defendem a legislação que protege o aluno devedor a partir do princípio de que o não pagamento das dívidas nem sempre é consequência de um ato voluntário do aluno. É o argumento, por exemplo, de instituições como o Idec (Instituto de Defesa do Consumidor) para quem a educação se caracteriza como um serviço essencial. Logo, barrar o inadimplente que deseja uma mudança de instituição, por exemplo, significa o cerceamento desse serviço. Para o instituto, alguns alunos desejam transferir-se de instituições na qual estão inadimplentes não para se livrarem da dívida, mas, simplesmente, porque, transferindo-se para outra instituição mais barata, serão capazes de honrar o pagamento da nova mensalidade.

Mesmo a inserção dos alunos inadimplentes no cadastro dos devedores é considerada injusta pelos órgãos de defesa do consumidor, pois acaba por enquadrar todos numa mesma categoria sem levar em conta as razões que levam cada aluno a deixar de quitar suas mensalidades com suas instituições de ensino. O endividamento, uma mudança na situação econômica, o desejo pela negociação da dívida, etc., são, enfim, aspectos que, nessa perspectiva, deveriam ser levados em conta no tratamento do aluno inadimplente.

O fundamento que encontramos em tal abordagem acaba, entretanto, deixando as instituições de ensino a mercê da ‘possibilidade’ de pagamento ou não de seus alunos, assumindo, desta forma, todos os ônus desta relação. As instituições privadas atuam com base nas suas rendas, na remuneração de que dispõem, da qual a mensalidade é parte integrante. Logo, a questão da inadimplência assume papel central no planejamento e funcionamento dessas instituições.

Por outro lado, os argumentos sobre o comprometimento ou não comprometimento das obrigações contratuais por parte do aluno com as instituições privadas, como defende Rocha (2008), ainda que válidos, são insuficientes para explicar a inadimplência ou, ainda, para que, sozinhos, se crie mecanismos de coibição ou, ao menos, de controle de tais práticas. Assim, mesmo considerando todas as barreiras que são impostas pela legislação e que interferem na autonomia da instituição perante seu quadro de inadimplência, esta já uma questão dada, com a qual as instituições terão que, necessariamente, lidar. Dito de outra maneira, a gestão e controle da inadimplência nas IES privadas devem priorizar o conhecimento das causas que levam o aluno ao não pagamento de suas mensalidades como o ponto inicial para a criação de estratégias e controle da inadimplência.

3 INADIMPLÊNCIA NAS IES PRIVADAS

A questão das estratégias de combate e controle da inadimplência encontra, assim, duas principais barreiras: a primeira delas é a garantia por lei que impede qualquer constrangimento por parte da instituição ao aluno inadimplente. E a segunda é o grande número de oferta de IES ampliando significativamente o rol de possibilidade de escolha por parte dos alunos. Assim, além da barreira legal que permite ao aluno devedor adiar o pagamento de suas mensalidades, está na própria concorrência existente entre as IES privadas um dos fatores que devem ser levados em conta ao pensarmos, numa perspectiva geral, as formas de sustentabilidade e viabilidade financeira por parte das instituições de ensino privadas.

É nesse cenário que o conhecimento das causas que levam o aluno a deixar de cumprir com suas obrigações financeiras se torna um dos elementos chaves para o conjunto de decisões das estratégias que podem ser adotadas por essas instituições no que se refere à inadimplência. Há, entretanto, uma escassez de estudos e pesquisas sobre este ponto, apesar da importância que ele assume ou poderia assumir no conjunto da organização financeira das instituições de ensino. Soma-se a isso a contraposição de alguns resultados existentes o que acaba, por fim, revelando a complexidade e especificidade que devemos levar em conta quando tratamos da inadimplência no setor educacional superior.

3.1 CAUSAS DA INADIMPLÊNCIA

É comum que, num primeiro momento, as condições financeiras sejam apontadas como a causa primeira da inadimplência estudantil no ensino superior privado. No contexto dessa modalidade de ensino, a inadimplência se caracteriza pelo não pagamento de uma ou mais mensalidades até a respectiva data de vencimento. Braga (2004), ao pesquisar a relação entre as formas de financiamento da educação superior e a inadimplência, afirma que esta deve ser analisada a partir de diferentes graduações, divididas por ele em três etapas. Assim, ao buscar compreender como e quando se dá a inadimplência nas instituições de ensino privadas no Brasil, o autor encontra a seguinte caracterização:

Quadro I – Índice médio do período de inadimplência nas IES privadas no Brasil

Prazo	Índice
Dia seguinte ao vencimento	50% a 60%
Após 30 dias de vencimento	25% a 30 %
Após a matrícula	5% a 7%

Fonte: BRAGA, Ryon. A Questão do Financiamento e da Inadimplência. Revista @prender Virtual, São Paulo, 7 out. 2004. Disponível em: <http://www.aprendervirtual.com> Acesso em 27 jul 2011.

Mas se o não-pagamento de mensalidade acaba caracterizando e definindo a inadimplência, é certo, porém, que ao tratarmos desse ponto, outros fatores merecem ser analisados se quisermos ter uma visão mais geral e completa desses aspectos. Inicialmente, devemos levar em conta que, dos custos envolvidos com a educação, a mensalidade é apenas um dos investimento com os quais o aluno deve arcar. Recursos financeiros são igualmente necessários em outros pontos envolvidos num curso de graduação, tais como aquisição de livros ou demais materiais, despesas com alimentação, transporte e habitação e outras necessárias à manutenção do aluno e, até mesmo, investimentos na formação extra-curricular, como participações em congressos, eventos, etc. Associado a outras variáveis, como o fato do aluno trabalhar ou não, classe social, curso escolhido, etc., temos um cenário mais completo dos investimentos necessários e das condições dos aluno em cumprir ou não com esses gastos.

Sem dúvidas, tais fatos impõem os aspectos financeiros como ocupantes de um papel central em todo esse processo. Mas esta questão seria suficiente para explicar os índices e as razões da inadimplência? A condição financeira do aluno deve ser considerada como a primeira e principal causa para o não-pagamento das mensalidades?

A Associação Comercial de São Paulo (ACSP), numa pesquisa realizada em 2009, aponta como o principal motivo para a inadimplência o desemprego (do próprio aluno ou de algum da família), atingindo mais de 50% no índice das razões alegadas para o não-pagamento das mensalidades². Seguem, em ordem, como causas para a inadimplência fatores como endividamento (17%); problemas com saúde (9%); fiança ou aval (8%) e outros (12%).

Para Rodrigues (2004), os aspectos que envolvem a situação financeira do aluno e se relacionam com a inadimplência estudantil devem ser compreendidos dentro de uma lógica específica, na qual, nesse caso, a inadimplência se distingue de outras áreas como a financeira

² A pesquisa refere-se à inadimplência em todos os níveis da educação e não apenas no ensino superior. Entretanto, pelo aspecto geral envolvido, tais dados podem ser usados à análise aqui proposta.

ou comercial, uma vez que não é condicionada, a priori, pela má-fé do aluno. Ao contrário, aponta o autor, a inadimplência estudantil decorre da “má situação” vivenciada pelo aluno devedor e da conseqüente necessidade de escolha sobre quais dividas liquidar.

Analisando mais de perto esses pontos e associando com as estatísticas da ACSP, é possível compreendermos melhor os argumentos do autor e da complexidade envolvida quando lidamos com a inadimplência estudantil.

Como já foi apontado, a primeira causa da inadimplência, segundo dados da ACSP, é o desemprego, fator decorrente de políticas internas e até mesmo externas que atingem determinados setores do mercado, chegando até a população, parte mais frágil deste processo.

Em momentos como estes, o processo de redução de gastos ocorre naturalmente e no Brasil, os cortes se iniciam pelos serviços. Como cultura, os serviços, como o de educação são um dos primeiros a serem cortados, contrariando as regras do mercado, onde uma vez que estejamos a procura de uma oportunidade no mercado, precisamos estar em um contínuo processo de capacitação. É claro que nem sempre é fácil manter os estudos no momento de desemprego e para isso, o país precisa contar com o apoio do governo, para que neste momento mais complicado, o cidadão possa continuar se qualificando e assim, conseguir o retorno ao mercado de forma mais rápida.

O endividamento, segunda principal causa segundo as estatísticas da ACSP, também precisa ser compreendido dentro de um cenário mais amplo. Com o país em pleno crescimento econômico, situação que caracteriza os últimos anos, estabilização financeira, aumento da oferta de trabalho e salários, é normal que população passe a consumir mais. No entanto, após décadas de atraso econômico, onde determinados bens de consumo eram vistos apenas pelas classes mais elevadas, fizeram com que os brasileiros das classes média e baixa se deslumbrassem com o momento atual e saíssem às compras de forma menos controlada, apoiada pela facilidade na concessão de créditos em curto, médio e longo prazo, criando um índice de endividamento elevado. Muitas vezes, o financiamento longo é a única forma de se adquirir determinados bens de consumo sem que as altas taxas de juros envolvidas sejam, de fato, consideradas.

Os aspectos financeiros apontados aqui, de maneira geral, independem da vontade ou decisão do individuo, uma vez que se associam ao cenário mais geral da economia do país. Entretanto, a particularidade da inadimplência estudantil somente se completa se associarmos essas condições gerais e externas ao próprio perfil do aluno, no caso, do aluno brasileiro. É o próprio Rodrigues quem nos auxilia a compreender essa questão ao apontar que, em períodos de endividamento, e educação não entra na lista de prioridades dos brasileiros. Numa relação

enumerada pelo o autor a educação ocupa a sexta posição atrás de outras prioridades, como financiamento de imóvel e de automóvel, despesas básicas, cartão de crédito e de comércio e despesas com plano de saúde (Rodrigues, 2001, p. 37).

Tal questão nos leva, assim, a concluir que as causas da inadimplência não podem ser compreendidas exclusivamente no âmbito financeiro, mas devem contemplar, igualmente, aspectos sociais, culturais e psicológicos dos alunos. Compreendendo essa questão e definindo as causas da inadimplência em cada realidade e situação na qual o aluno está inserido, a instituição pode definir estratégias mais adequadas que podem auxiliá-las no controle dessa questão.

É o que propõem Holanda Junior e Mora (2009) em um estudo sobre a relação entre a inadimplência e o perfil do aluno inadimplente e adimplente. Os autores conduzem o estudo tendo como premissas as características econômicas, sociais e, também as bases nas quais estão assentadas o relacionamento desse acadêmico com sua instituição de ensino (no caso dessa pesquisa, uma IES privada de Fortaleza). Uma das questões colocadas pelos autores refere-se à possível vinculação entre o aluno inadimplente e a questão financeira. Os autores levantam que, para o entendimento mais completo da inadimplência em um setor privado de ensino, são necessárias as análises de algumas variáveis como, por exemplo, a realidade socioeconômica de cada aluno, o grau de comprometimento e desempenho acadêmico, o conceito do curso, o nível dos serviços prestados pela instituição, o interesse do aluno em solucionar seu problema, etc. Conjugam-se, dessa forma, tanto os fatores sociais e econômicos dos alunos, quanto os fatores acadêmicos e a própria instituição de ensino, possibilitando uma análise específica da inadimplência na realidade de tal instituição.

Por conta dessa especificidade é que os autores chegam a conclusões bastante interessantes que vão em desencontro ao cenário geral, como descrito por Rodrigues (2001) ou, ainda, nas estatísticas da ACSP e que oferecem suporte e personalizam as estratégias de controle da inadimplência por esta instituição especificamente.

Entre outras coisas, os dados trazidos por Holanda Junior e Mora (2009) revelam que nessa instituição de ensino superior de Fortaleza, o índice de inadimplência é maior entre os alunos de maior poder aquisitivo, contrariando a idéia de que os problemas de ordem financeira determinam o não-pagamento de mensalidades. O dado acaba revelando a importância de outras prioridades para essas famílias que não a educação. Assim, como a determinação do desemprego na taxa de inadimplentes também não se confirmou, ficando o grupo do que os autores chamam de “Classe empresária” entre os inadimplentes, respondendo por 64% desses (contra 31% de desempregados). A pesquisa revela, ainda, maior taxa de

inadimplentes entre os alunos mais velhos e a relação entre essa taxa e a duração do curso – cursos mais longos seriam mais propensos à inadimplência -, a redução significativa da taxa de inadimplente conforme melhora o desempenho acadêmico e conforme aumenta o valor das mensalidades, e a relação entre inadimplência e a “reputação” da instituição, entre outros dados.

Entre os pontos interessantes trazidos por essa pesquisa, está a perspectiva de que se o cenário geral indica algumas das principais causas que determinam ou podem determinar os índices de inadimplência em uma instituição, a gestão e controle dessas taxas pela IES devem, necessariamente, alinhar esse cenário à sua própria realidade, buscando compreender as particularidades dessa questão no contexto da própria instituição como forma de criar estratégias de controle mais direcionadas.

CONCLUSÃO

Nesse trabalho, buscamos enfatizar como o entendimento da inadimplência estudantil das instituições de ensino superior privadas não pode ser desvinculado da compreensão do cenário geral que envolve o espaço ocupado pela modalidade privada de ensino, mas, também, dos aspectos particulares de cada IES e da forma como a inadimplência se revela em seu contexto específico. Temos, assim, que a relação do aluno com as instituições de educação deve ser tomada em todo o seu conjunto como uma forma mais eficiente de se conhecer as razões da inadimplência e de se determinar suas possíveis formas de controle.

A expansão das instituições privadas de ensino é um fenômeno que caracteriza a história recente da educação em nosso país, fenômeno incentivado pelo próprio governo e também pela realidade socioeconômica que destaca a importância da educação e coloca o nível instrucional como uma das prerrogativas de chances de melhores empregos e salários. Nesse cenário, são visíveis as mudanças na forma de captação de alunos, onde em determinado momento o processo avaliativo e análise previa de crédito perderam muito sua força mediante a necessidade de cobrir as vagas ociosas

Dois pontos principais envolvem a questão da inadimplência no contexto brasileiro: as questões sócio-políticas-econômicas (da própria realidade brasileira e dos alunos) e o volume de normativos que protegem os alunos inadimplentes das cobranças de suas mensalidades atrasadas. Com relação a este último ponto, há pouco espaço para a atuação das instituições de ensino, uma vez que tais dispositivos são determinados por lei. As decisões e estratégias que podem ser tomadas pelas instituições de ensino para o controle da inadimplência passam,

então, necessariamente, pela definição das causas que levam seus alunos ao não-pagamento das mensalidades.

Dessa forma, questões pontuais devem ser feitas pela instituição, buscando detectar se há alguma especificidade na forma como a inadimplência se revela em seu contexto. É importante que se determine o contexto econômico em que a IES está inserida, bem como o público

alvo que pretende atender. Para entender a causa da inadimplência, os gestores precisam refletir sobre alguns aspectos e tentar responder questões como: qual o perfil socioeconômico do aluno inadimplente? Como isso se relaciona ao valor da mensalidade estipulada pela instituição? Qual a relação entre o desempenho acadêmico e a satisfação com a instituição com o pagamento em dia das mensalidades? Como a estrutura e a qualidade do ensino proporcionadas pela instituição são recebidas pelo aluno? Como se dá a inserção do aluno no mercado de trabalho, etc.

Paralelamente, a própria instituição deve atentar-se à medição sistemática dos seus índices de inadimplência, de forma que possa detectar se há ou não períodos em que os atrasos nos pagamentos dos alunos se tornam mais frequentes. Não menos importante é o investimento da instituição de ensino nas formas de cobrança e negociação da dívida dos alunos inadimplentes. Sem juízos de valor pré-concebidos, a instituição de ensino deve estar preparada para negociar com os alunos devedores, buscando reduzir os índices de evasão.

São questões como estas que permitem aos gestores mapear seus reais motivos que elevam os índices de inadimplência. Em tempos de intensa concorrência entre as instituições de ensino, a capacidade de gerenciar os índices de inadimplência se revela como um dos fatores que pode garantir a sustentabilidade das IES nesse cenário.

ABSTRACT: The growth of private higher education sector in Brazil and the space occupied by it are now indisputable factors as can be seen through the number of students, courses, job offers, etc., By which this type of education responds . In these institutions, the management process was hampered by specific problems, including the possibility of default by the students. With the oversupply in the market and the need for resources to maintain the institution, how to find the balance between this search uncontrollable in attracting students without credit analysis and at the same time have acceptable levels of delinquency? The search for the causes that lead to default reveals itself as one of possible ways to handle this scenario.

Keywords: Delinquency in educational institutions, debtors, Control of debtors;

REFERÊNCIAS

ANAIS do III Forum Nacional. Ensino Superior Particular Brasileiro e os Desafios da Expansão do Ensino Superior, SEMESP, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em <http://www.semesp.org.br/portal/pdfs/2008/relatorio_gestao_semesp_2008.pdf> Acesso em 12 jul 2011.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO – ACSP. Pesquisa sobre inadimplência. Disponível em: <www.acsp.com.br/servicos/serv_ap_iegv.html#>. Acesso em: 28 mai. 2011.

BARTH, Nelson Lernet. **Inadimplência:** construção de modelos de previsão. São Paulo: Nobel, 2004.

BLATT, Adriano. **Cobrança: dicas práticas para cobrar e combater a inadimplência.** 3. Ed. São Paulo: Editora STS 2000.

BRAGA, Ryon. A Questão do Financiamento e da Inadimplência. Revista @prender Virtual, São Paulo, 7 out. 2004. Disponível em: <<http://www.aprendervirtual.com>>

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro:** a formação dos oligopólios. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 111, Jun, 2010 .

HOLANDA JUNIOR, A.; MORA, H. J. A **Inadimplência nas Instituições de Ensino Superior Privadas:** Causas Financeiras ou Sociais? Revista Científica da Faculdade Lourenço Filho - v.6, n.1, 2009.

INEP. **Sinopse estatística da educação superior – 2000**/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília: O Instituto, 2001. Disponível em <
http://download.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/sinopse_superior-2000.pdf>
Acesso em 12 jul 2011.

_____. **Sinopse estatística da educação superior – 2009**. Disponível em <
<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior>> Acesso em 12 jul 2011.

JORNAL do comércio. ‘Inadimplência Escolar’. Disponível em:
<http://www.juspodivm.com.br/i/a/%7B64EA8D4B-25A2-4465-990B-F55796FEAA28%7D_1.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2011.

METODOLOGIA de pesquisa. Disponível em: <
<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/met05.htm> >. Acesso em: 10 jun. 2011.

MÉTODOS e Tipos de Pesquisa: Tipos de técnicas de investigação científica. Disponível em:
< vsites.unb.br/feff/downloads/.../metodos_e_tecnicas_de_pesquisa.ppt >. Acesso em: 10 jun. 2011.

OBSERVATÓRIO Universitário. **Ensino Superior Público e Privado no Brasil: expansão, evasão e perfil dos concluintes**, set 2004. Disponível:
http://www.observatoriouniversitario.org.br/pdf_documentos_de_trabalho/documentos_de_trabalho_35.pdf .(Acesso em 12 jul 2011).

RODRIGUES, Luis Fernando Oliveira. **Como reduzir a inadimplência em estabelecimentos de ensino**. São Paulo: Alabama, 2001.

SEMESP. Pelo segundo ano inadimplência recua no ensino superior privado. Notícias Semesp, 30 jun 2011. Disponível em:
<<http://semesp1.tempsite.ws/portal/?Area=News&Action=Read&IDCategory=9&ID=12313>>
Acesso em 12 jul 2011.

TEIXEIRA, Jackson. **Inadimplência no Setor Educacional**. – 1. ed. – Foz do Iguaçu. Hoper, 2005.